



Referências

- ARAÚJO, R. M. L. Currículo, diversidade cultural e a formação de professores. In: DIAS A. A. (Orgs.). **Educação, direitos humanos e inclusão social: currículo, formação docente e diversidade cultural**. João Pessoa. Universitária da UFPB, 2009. P.153-172.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Política de formação de professores no Brasil: as ciladas da reestruturação das licenciaturas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 381-406, jul./dez. 2005.
- FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizado**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.
- LEITINHO, M. C. A formação pedagógica do professor universitário: Dilemas e contradições. **Linhas críticas**, Brasília, v. 14, n. 26, p. 79-92, jan./jun. 2008.
- TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 2000.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- VIEGA, I. P. A; ARAUJO, J. C. S; KAPUZINIAC, C. **Docência: uma construção ético-profissional**. Campinas: Papyrus, 2005.
- WATSON, F. G. Formação pedagógica de professores de física antes do exercício da profissão. **Revista Brasileira de Física**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.313-323. 1971.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA NA VISÃO DOS EGRESSOS

Eduardo Vidal de Melo
Carina Cavalcanti Nogueira Lopez
Ana Maria Fontenelle Catrib
Raimunda Magalhães da Silva

Introdução

O Brasil é um país em desenvolvimento com a existência de graduações ainda recentes se comparadas com países da Europa, Canadá e Estados Unidos, entre outros países desenvolvidos e as pós-graduações são mais recentes ainda, no ano de 1965 (SOUSA; BIANCHETTI, 2010).

A primeira dificuldade que muitos dos alunos enfrentam para iniciar uma pós-graduação refere-se ao tempo que podem dedicar a ela e a aquisição de livros, muitos dos quais são caros. Outros necessitam trabalhar ao terminarem a graduação, geralmente parando o seu aprofundamento em pesquisa no TCC (ECO, 2007).

A CAPES surge com o nome de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em 11 de julho de 1951, através do Decreto nº 29.741, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (PORTAL CAPES, 2010).

Portanto, foi criada no governo Vargas, com intuito de formar especialistas, pesquisadores e cientistas qualificados em física, matemática e química, finanças e nas ciências sociais para fomentar o desenvolvimento industrial incipiente no Brasil (CAPES, 2010).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é a instituição com poder vertical sobre as



pesquisas e os pesquisadores, pois esses necessitam de seus recursos, daí esse órgão desempenhar papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação, além de servir como referência de qualidade científica com seus parâmetros avaliativos (CAPES, 2010).

A avaliação de um programa é um processo coeso e complexo, abrangendo múltiplas facetas desse programa ou prática com o intuito de saber se está sendo atingido ao que se havia proposto de início, ao ser criado (SESSIONS, 2001).

A prática de avaliação é essencialmente analítica, pois sai de um axioma, no caso a realidade do programa, vai às teorias e retorna à prática. Esse movimento de sair e retornar às práticas exercidas é típico da maioria das atividades comuns à saúde coletiva (Kerr-Pontes *et al.*, 2005).

Avaliar os programas é uma atividade que deve ser intrínseca à existência do programa já que para alcançar o primor científico dentro dos parâmetros rígidos estabelecidos pela CAPES no que diz respeito à quantidade e à qualidade, pois esses adjetivos podem ser contrários um ao outro quando se trata da produção científica (GUIMARÃES, 2007).

O mestrado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza foi criado em 1999 com o nome de Mestrado em Educação em Saúde, a partir da experiência do curso de especialização em Educação em Saúde Pública. O mestrado foi credenciado pela CAPES em 2003 (UNIFOR, 2010).

Objetivo

Avaliar a proposta pedagógica, infraestrutura e corpo docente do programa de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) na visão dos egressos.

Metodologia

Este é um estudo descritivo, apresentado resultados parciais da avaliação do Programa de Mestrado em Saúde Coleti-



va da UNIFOR na visão dos egressos. Para isso, elaborou-se um questionário (anexo I) com itens que contemplavam a opinião dos alunos em três aspectos do mestrado: proposta pedagógica do programa, infraestrutura e corpo docente.

A população do estudo foi composta por 60 alunos, das últimas três turmas 2007, 2008 e 2009, que concluíram o mestrado, correspondendo ao último triênio avaliado pela CAPES. A coleta dos dados deu-se por via eletrônica com percentual de devolução de 12%, correspondendo a sete questionários, juntamente com o termo de consentimento livre esclarecido com assinatura digital, em conformidade com as Diretrizes e Normas da Pesquisa em Seres Humanos (BRASIL, 1996).

Os dados foram organizados e submetidos a leituras exaustivas e descritos de forma sequencial com análise fundamentada à luz das diretrizes da pós-graduação brasileira e literatura do campo da saúde coletiva.

Resultado

Quanto à avaliação da proposta do mestrado no que se refere às disciplinas ofertadas, a maioria dos egressos acha que as disciplinas obrigatórias e optativas foram bem escolhidas e adequadas à proposta do programa na sua íntegra. No entanto, observaram-se algumas ressalvas como, por exemplo, à didática usada em algumas disciplinas, e carga horária que poderia ser ampliada para maior aprofundamento dos conteúdos. Sugeriram também que deveria ser dada maior atenção às disciplinas das ciências sociais. Por fim, todos admitiram que as disciplinas ofertadas foram, no mínimo, satisfatórias.

Quanto à adequação das linhas de pesquisa (Análise da Situação de Saúde, Políticas e Práticas na Promoção da Saúde e Cultura e Humanização em Saúde) à proposta do programa a maioria acha que as linhas de pesquisa contemplam a área de conhecimento da Saúde Coletiva e são adequadas ao que o



programa propõe. Ainda assim surgiram algumas críticas como a falta de professores na área de avaliação epidemiológica (UNIFOR, 2010).

Quanto ao acompanhamento do aluno no programa, a grande maioria considerou o acompanhamento bom. Mais vale destacar algumas considerações como, por exemplo, que a orientação depende do aluno, já outros acham que depende do professor. Mais todos relataram satisfação quanto sua orientação.

No quesito infraestrutura, a grande maioria mostrou-se satisfeita, concluindo que esta proporciona condições suficientes para o desenvolvimento de suas atividades tanto de pesquisa, como orientação, discussão.

Tratando-se do corpo docente e mais, especificamente, a titulação, a maioria a considera adequada e com vasta produção científica. Já quanto às atividades de ensino desenvolvida pelos docentes observou-se que a maioria considerou que as atividades conseguiam a participação ativa do aluno, contribuindo para a emancipação de sujeitos envolvidos com o processo de aprendizagem. Pode-se observar também preferência por professores que usam metodologias ativas.

Quanto à realização de atividades de pesquisa o aluno reconhece sua importância nesse processo, tanto em benefício próprio como na avaliação do curso. Compreende que é muito exigido quanto à produção científica embora todos reconheçam que são bastante incentivados a desenvolverem essas atividades.

A maioria relatou estar satisfeito com a orientação recebida durante o curso, principalmente, do seu orientador enfatizando que a clareza, objetividade e simplicidade nas orientações foram fundamentais para seu desenvolvimento.

A grande maioria avalia o curso de mestrado em Saúde Coletiva como ótimo, ressaltando que mesmo podendo melhorar em alguns aspectos, o programa atendeu as suas expectativas.

Conclusão

Este estudo avaliou o programa de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a partir da visão dos egressos, foram avaliadas a proposta pedagógica, a infraestrutura e o corpo docente. Em conformidade com a avaliação recomendada pela CAPES dos mestrados em Saúde Coletiva, onde cinco requisitos são fundamentais: a proposta do programa, o corpo docente, a atividade de pesquisa, a produção intelectual e a infraestrutura, aspectos que foram avaliados como muito bom pela CAPES no biênio 2007/2009.

Levando em consideração os três aspectos avaliados (a proposta, a infraestrutura e o corpo docente), a maioria dos alunos pesquisados relatou a avaliação geral como sendo satisfatória, mesmo havendo alguns pontos a serem melhorados.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução n.º 196, de 1996: Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Judiciário, Brasília, DF. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Avaliação da pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em 20 set. 2010.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 13 ed. Lisboa: Presença, 2007.
- GUIMARÃES, Jorge A. A pesquisa médica e biomédica no Brasil: comparações com o desempenho científico brasileiro e mundial. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 12 set. 2010.
- KERR-PONTES, Ligia Regina Sansigolo *et al.* Uma reflexão sobre o processo de avaliação das pós-graduações brasileiras com ên-



fase na área de saúde coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 20 set. 2010.

SESSIONS, G. Avaliação em HIV/AIDS: uma perspectiva internacional. Rio de Janeiro: ABIA, 2001.

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Rev. Bras de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 36 Set. dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 30 set. 2010.

UNIFOR (Universidade de Fortaleza). Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <<http://www.unifor.br>>. Acesso em 10 set. 2010.



AVALIAÇÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO CURRÍCULO E NAS PRÁTICAS CURRICULARES DOS CURSOS TECNOLÓGICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

*Gilvan Dias de Lima Filho
Maria da Conceição Miranda Campêlo*

Introdução

O presente trabalho de caráter multidisciplinar tem como objetivo avaliar e analisar a(s) concepção(ões) de trabalho orientada(s) no processo de qualificação e formação de competências no currículo da educação profissional/tecnológica ministrada no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Fortaleza/Ceará.

Vale salientar que o interesse por estudar a temática do trabalho, qualificação e competência associado a avaliação do currículo e das práticas curriculares se constitui a partir da inquietação sobre as questões que perpassam o percurso da educação profissional no âmbito dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, observando a ênfase nos perfis exigidos pelo mercado de trabalho e a relevância desta agência de formação na geração de mão-de-obra qualificada.

Nesse sentido, no próprio documento de criação dos IFs no parágrafo segundo se encontra estabelecido o seguinte: “§ 2o No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais”. (BRASIL, 2008, p.01)

Mediante esta afirmativa percebemos que a vida produtiva neste caso se encontra relacionada aos processos formativos de competências para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho contemporâneo que prevê um perfil de qualificação eficiente e eficaz a ser orientado nas práticas curriculares da educação profissional tecnológica.